

Legislação Prova Escrita de Conhecimentos

Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30/03 - Estrutura Orgânica do ISS, IP.

Portaria n.º 135/2012, de 08/05 - Estatutos do ISS, IP

Constituição da República Portuguesa

Código do Procedimento Administrativo, com particular enfoque nos seguintes temas:

- Princípios Gerais da actividade Administrativa
- Do Procedimento Administrativo
- Do Direito à informação
- Das notificações
- Da instrução
- Da Audiência de interessados e sua dispensa
- Da decisão e outras causas de extinção do procedimento
- Do ato administrativo
- Da invalidade do ato administrativo
- Da revogação e da anulação administrativas
- Da execução do ato
- Da reclamação e dos recursos administrativos

Código do Trabalho, com particular enfoque nos seguintes temas:

- Contrato de Trabalho;
- Retribuição e Outras Atribuições Patrimoniais;
- Trabalho Temporário;
- Situações de crise empresarial.

Código das Sociedades Comerciais, com particular enfoque nos seguintes temas:

- Sociedades comerciais — noção e tipos
- Obrigações e direitos das sociedades e dos sócios
- Órgãos e regimes das sociedades

Código das Insolvências e da Recuperação de Empresas, com particular enfoque nos seguintes temas:

- Noção de insolvência;
- Conceito de massa insolvente;
- Conceito de credores da insolvência e classes de créditos;
- Insolvência culposa

Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a Normalização Contabilística para Microentidades (NCM) e Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativos

Regime Geral das Infrações Tributárias (Crimes contra a Segurança Social), com particular enfoque nos seguintes temas:

Parte I - capítulos I e II

Parte II - capítulo I

Parte III - capítulos I, III e IV

Lei de Bases da Segurança Social

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e posteriores alterações

Regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e posteriores alterações

Lei n.º 107/2009, de 1/09 - Regime jurídico do procedimento aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social

Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro e posteriores alterações - Regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem

Lei n.º 13/2003, de 21/05 e posteriores alterações – Rendimento Social de Inserção (RSI)

Decreto -Lei n.º 283/2003, de 8/11 e posteriores alterações - Regulamenta o regime jurídico do RSI

Decreto-Lei n.º 28/2004, de 04/02 e posteriores alterações - Regime jurídico de proteção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março e posteriores alterações - Define o Regime Jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social.

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro e posteriores alterações - Aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro - Aprova o novo Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Âmbito da Acção Social do Sistema de Segurança Social.

Portaria n.º 135/2007, de 26 de Janeiro - Aprova o novo Regulamento de Registo das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança

Portaria 196-A/2015, de 1 de julho - Define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação

Portaria n.º 262/2011, de 31 agosto e posteriores alterações - Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.

Decreto Normativo n.º 96/89, de 21 de Outubro - Estabelece as Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento dos Centros de Atividades de Tempos Livres.

Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de janeiro - Define o regime das atividades ocupacionais, modalidade de apoio integrado no âmbito da ação social.

Portaria 67/2012, de 21 de março - Define as condições de organização, funcionamento e instalação das estruturas residenciais para pessoas idosas

Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro - Estabelece as condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário

Portaria n.º 59/2015, de 02 de março - Define as condições de organização, funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais destinados a pessoas com deficiência e incapacidade, designados por lar residencial e residência Autónoma

NOTA: Em toda a legislação supra indicada serão levadas em linha de conta todas as alterações vigentes e as mais que vierem a ser aprovadas até à data da publicação do presente aviso.